



## **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE O IFSULDEMINAS- CÂMPUS MACHADO<sup>1</sup>**

CERQUEIRA, Yara Dias Fernandes.

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*  
*E-mail: yara.dfernandes@gmail.com*

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo.

*Professor do Programa de Mestrado do Programa Pós Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*  
*E-mail: carlosalbertopimenta@gmail.com*

593

### **RESUMO**

A proposta deste trabalho é a de discutir sobre a Educação Profissional e Tecnológica na contemporaneidade e seus impactos no desenvolvimento social, na perspectiva local e regional. Considerando que, historicamente, esta modalidade de educação originou atender aos pobres e marginalizados, sendo construída sob a égide da preparação de mão de obra qualificada às demandas das grandes indústrias e do mercado de trabalho, faz-se necessário compreender os processos de formação da educação profissional na atual conjuntura, e discutir as perspectivas que orientam esta Educação: se voltada para o ensino propedêutico crítico ou se se direcionada à formação tecnicista e prioritariamente mercadológica. O questionamento central desta pesquisa circunscreve-se nas tendências da Educação Profissional. Os resultados parciais apontam, ainda que diante dos esforços de superar das intencionalidades que dá origem à educação profissional, que esta Educação caracteriza-se por privilegiar o desenvolvimento econômico, centrada no atendimento prioritário ao mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Educação Profissional. Desenvolvimento Social e Humano. Processo de Formação.

### **ABSTRACT**

The purpose of this work is to discuss Professional and Technological Education in contemporary times and their impact on social development in local and regional perspective. Whereas, historically, this type of education originated to serve the poor and marginalized, being constructed under the aegis of skilled labor force preparation for large industries and the labor market demand, and therefore it is necessary to understand the process of educational formation in the current juncture, and discuss the perspectives that guide this education: if focused to critical propaedeutic teaching or if aiming technical education and as priority market needs. The central question of this research is: what are the trends of Vocational Education? Partial results show, although the efforts to overcome the intentions that leads to professional education, that education is characterized by favoring economic development, focusing priority attention to the labor market.

**Key-words:** Vocational Education. Social and Human Development. Training process.



## INTRODUÇÃO

Este artigo discorre sobre o processo de formação instituído pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais- IFSULDEMINAS-Câmpus Machado. A proposta é a de apreender as dinâmicas deste processo de formação e suas contribuições ao desenvolvimento, ao social, e ao humano da região. A discussão do termo desenvolvimento é para além do aspecto econômico, sendo contextualizados os fatores sociais, humanos, culturais, ambientais e individuais.

Ganha em relevância, tendo em vista as dimensões da pobreza e da diversidade do perfil dos alunos que, em muitos casos, são oriundos da zona rural como também vivenciam situação de vulnerabilidade social. A instituição tem como crença a prerrogativa de trazer possibilidades ao ingressante de melhoria de vida e de inserção no mercado de trabalho, pelo viés do ensino tecnológico.

Propõe-se compreender a perspectiva das intencionalidades desta formação, sua dinâmica nas relações sociais, familiares e pessoal do estudante, e sua configuração neste modelo de sociedade. A partir destes indicativos é que predispõe-se em refletir sobre a incidência do IFSULDEMINAS-Câmpus Machado no desenvolvimento local e regional para além da perspectiva econômica, evidenciando os fatores sociais, humanos, culturais, políticos e sustentáveis.

Justifica-se uma vez que, a partir da lei 11.195/05, é que se estabelece a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e da lei 11.892/08, que cria a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, esta modalidade de educação tem crescido substancialmente<sup>2</sup>, sendo necessário compreender como este processo de expansão se consolida, e quais as tendências da Educação Profissional frente ao desenvolvimento social e humano.

O IFSULDEMINAS tem como missão “promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos,

<sup>1</sup> Pesquisa apresentada com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>.



competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais”.<sup>3</sup>

Em atenção à premissa desta missão é que ocorreu o interesse pelo tema a ser estudado, pois, inserida na Instituição, ocorre no cotidiano a leitura do movimento contraditório do real, do antagonismo crítico entre capital e trabalho e, a partir destes, é que se propôs a estudar o processo de formação oferecido pela Instituição. Por um lado, a missão de uma educação excelente, crítica, criativa, competente e humanista; por outro, o atendimento ao mercado de trabalho que, ao mesmo tempo que emprega e assalaria, corrompe, explora, desumaniza. A realização de um estudo sobre os processos de formação desta Educação se faz necessário para entendimento das dimensões que abrange ao desenvolvimento e suas intencionalidades.

Do ponto de vista metodológico, que consiste em uma pesquisa qualitativa, realizou-se estudo de caso que se concentra no período de 2008 a 2013<sup>4</sup>. Para esta proposta fez-se uso dos documentos disponibilizados no sítio eletrônico da Instituição<sup>5</sup> e das observações de campo realizadas no ano de 2013 e 2014, tomando como base diálogos formais e informais capturados no interior da instituição, de modo espontâneo pelo discentes e docentes que fazem parte do universo da unidade em estudo. Parte significativa destes diálogos ocorreram em entrevistas agendadas com os estudantes, para continuidade do processo de seleção do Programa Auxílio Estudantil<sup>6</sup>. Também nos atendimentos aos discentes e às famílias, nos trabalhos de orientação e acompanhamento. A partir da participação nos Conselhos de Classe pode-se observar as falas e práticas pedagógicas, bem como as perspectivas do processo de formação, no discurso dos docentes. Em reuniões institucionais, a observação do entendimento dos gestores, equipe técnica- administrativa, tanto no que concerne à vida acadêmica do estudante quanto os objetivos de inserção na Instituição.

O debate sobre o papel da Educação Profissional está vinculado à discussão sobre as políticas públicas professadas, mas não materializadas, onde a precarização dos processos

<sup>3</sup> O conceito de missão do IFSULDEMINAS situa-se no sítio eletrônico da Instituição, disponível em: <<http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/o-instituto>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

<sup>4</sup> Justifica-se a concentração neste período por ser um marco na Educação Profissional do país, em que houve significantes transformações legais, como a Lei 11.195/05 e Lei 11.892/08. O ano de 2013 por ser o último ano mais recente de turmas concluintes.

<sup>5</sup> Disponível em <[www.ifsuldeminas.edu.br](http://www.ifsuldeminas.edu.br)> e <<http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

<sup>6</sup> O Programa Auxílio Estudantil faz parte da Política Nacional de Assistência Estudantil, efetivada pelo decreto n 7.234 de 19 de julho de 2010, que tem como objetivos garantir a permanência do estudante na Instituição. A entrevista faz parte de um processo de seleção, que ocorre por meio de Editais, em que os assistente sociais fazem análise sócio- econômica dos estudantes que pleitearam a inscrição no Programa.



produtivos resultam em merca certificação e inclusão subordinada ao mercado de trabalho (KUENZER, 2010), como também a concepção da formação profissional à adaptação dos objetivos do mercado e não aos direitos dos trabalhadores (FRIGOTTO, 2010).

No contexto das contradições da Educação Profissional e Tecnológica, busca-se avançar ao aspecto de qualificação ao mercado, e relacionar os fatores que esta política contribui ao desenvolvimento social e humano da região.

Diante disso, este trabalho está dividido em quatro etapas: a primeira, consiste no breve relato sobre a história da Educação Profissional. A segunda, na discussão sobre a relação entre Educação e Desenvolvimento. A terceira, a elucidação sobre o IFSULDEMINAS-Câmpus Machado e, por último, as considerações finais acerca desta reflexão.

## **EM DEBATE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: BREVE RELATO**

A Educação Profissional brasileira teve sua gênese em 1809, no Rio de Janeiro, com a criação do Colégio das Fábricas. Também conhecido como Casa do Antigo Guindaste, o Colégio das Fábricas foi regulamentado a partir do decreto de 23 de março de 1809 e tinha como objetivo capacitar trabalhadores artífices, aprendizes e manufactureiros, muitos oriundos de Portugal. Baseada na economia agrícola e com regime escravista, a conjuntura social brasileira começa a reconfigurar-se, mudando o desenho de pessoas letradas, alfabetizadas, que até então era característica predominante da elite. Essa nova configuração do letramento não igualiza o ensino, mas direciona a capacitação técnica aos trabalhadores manuais, que até então não tinham acesso à escolarização. (OLIVEIRA, 2001; CANALI, 2009; SILVA, 20--; CHAGAS, 2010).

No período de 1812 a 1859 é instaurada as Corporações de Ofícios, Seminário São José, Sociedade propagadora de Belas Artes no Rio de Janeiro e as Casas de Educandos e Artífices. A instauração das Casas de Educandos que foram totalizadas em dez unidades nas capitais da província, objetivavam acolher, atender e capacitar mão de obra das crianças pobres, desvalidas da sorte, como também práticas prevenção da marginalidade e vagabundagem (AMARAL e OLIVEIRA, 2010).

No início da República, com o advento e extraordinariedade mecanicista da Revolução Industrial, o surgimento da indústria acarretou uma demanda emergente de mão de obra qualificada para atender às demandas do sistema produtivo. As corporações industriais exigiam



um mínimo de escolarização e capacidade técnica dos trabalhadores, que vinham tanto do processo do êxodo rural, ex-escravos submetidos a subalternidade, e indivíduos à margem deste processo, que até então trabalhavam no regime agrícola com trabalhos manuais (CANALI, 2009). Acrescenta Moura (2010, p. 62) que

Essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da coroa portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história – uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um desses segmentos.

597

Atrelado às necessidades industriais de mão de obra qualificada, às demandas sociais emergentes, expressas no desemprego, marginalidade e ociosidade, em 1909 o presidente Nilo Peçanha cria as Escolas de Aprendizes e Artífices, que eram destinadas aos “órfãos e desvalidos da sorte”, voltada ao ensino industrial.

A intensificação do processo de urbanização, que tem como causa a industrialização crescente e a deterioração das formas de produção no campo, gerou a evolução de um modelo agrário exportador para um modelo parcialmente urbano-industrial e fez surgir uma nova demanda social de educação. A estreita oferta de ensino de então não atendia mais a crescente procura; a escola começa a ser demandada pelas novas e crescentes necessidades de recursos humanos para ocupar funções nos setores secundários e terciários da economia. (CANALI, 2009, p.6)

O trabalho era categorizado como elemento crucial na formação e transformação da personalidade, como também na formação do caráter (AMARAL e OLIVEIRA, 2010). A rede de Escolas de Aprendizes e Artífices visavam, além da capacitação de mão de obra para atender às demandas das indústrias, uma educação moralista, com o entendimento explícito de que o trabalho era substancial na formação do caráter e na personificação do homem bom e aceitável à sociedade burguesa.

Em 1912 as Escolas de Aprendizes e Artífices transformam-se em Escolas Técnicas Industriais. A partir de 1930, então constituída pela Era Vargas, ocorre a reforma Francisco Campos, instituída pelo decreto 19.890/31 e 21.241/32 que passam a regulamentar o ensino secundário<sup>7</sup>, postergando o ensino primário. O ensino comercial (escolas técnicas de comércio) é regulamentado pelo decreto 20.158/31, que “passa a ser considerado como ramo especial do

<sup>7</sup> Com a promulgação destes decretos, fica ainda mais evidente a separação do ensino primário do secundário, e a educação profissional torna-se uma concepção acentuadamente mais discriminada, voltada às classes sociais subalternas.



ensino médio, sem ligação com o ensino acadêmico- secundário, nem com o nível superior de ensino” (AMARAL e OLIVEIRA, 2010, p. 169).

Em 13 de janeiro de 1937 é promulgada a lei 378, que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais e que foi a primeira legislação específica sobre o ensino técnico, profissional e industrial.

Na década de 40 é elaborada a Reforma Capanema, que estabeleceu o Ensino Técnico Profissionalizante a partir dos Decretos-Leis<sup>8</sup> (AMARAL e OLIVEIRA, 2010). As leis orgânicas que estabelecem a Reforma Capanema são significadas no contexto econômico e social da época, que vivia processos de intensa industrialização e efervescência da crise de 1929, o que gerou “ a necessidade de ampliação do setor industrial na produção de bens de consumo, o que por sua vez criou a necessidade de trabalhadores especializados para a indústria” (STUTZ e LUCENA, 2010, p. 6).

Conjuntamente às leis orgânicas, outros três decretos- leis<sup>9</sup> foram promulgados interferindo substancialmente na educação profissional, e que geraram a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Para Frigotto (2010, p. 30)

A profissionalização compulsória do ensino médio e a formação técnico-profissional foram consideradas dentro de uma perspectiva para adestrar e ensinar o que serve ao mercado. A pedagogia do Sistema S, em especial do SENAI, como pedagogia do capital, foi incorporada como política dos governos militares para o campo da educação.

A partir da Reforma Capanema é que se estabelece a legitimação da dualidade estrutural, que consistia em uma separação nítida do ensino secundário, orientado aos intelectuais e à elite, do ensino primário, direcionado aos trabalhadores e classes subalternas, com o oferecimento de cursos técnico-profissionalizantes (KUENZER, 1997 apud AMARAL e OLIVEIRA, 2010). Posteriormente, ocorre a promulgação das Leis Orgânicas da Educação Nacional: do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244/42) e do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/42).

Os cursos profissionalizantes, portanto, eram destinados àqueles que não fossem seguir carreiras universitárias. Essa destinação deixa evidente que a formação da mão-de-obra manual e mecânica do aprender a fazer, era voltada aos jovens menos favorecidos social e economicamente, já que às elites cabia o

<sup>8</sup> Os decretos-leis que regulamentam o Ensino Técnico Profissionalizante são: Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-lei 4073/42; Lei Orgânica do Ensino Comercial, Decreto- lei 6.141/43; Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto- lei 9613/46.

<sup>9</sup> O Decreto-lei 4.048-42, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; e os Decretos-lei 8.621 e 8.622/46 que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.





ensino das ciências e humanidades para dar suporte às atividades intelectuais, o que as levaria ao ensino superior. (CANALI, 2009, p. 9)

Na mesma discussão, observa Frigotto (2010, p. 30) que

(...) A educação escolar básica (...) nunca se colocou como necessidade e sim como algo a ser contido para a classe dominante brasileira. Mais que isso, nunca se colocou de fato, até mesmo, uma escolaridade e formação técnico-profissional para a maioria dos trabalhadores para prepará-los para o trabalho complexo que a colocasse, enquanto classe detentora do capital, em condições de concorrer com o capitalismo central.

Em 1942<sup>10</sup>, período histórico do Estado Novo, os liceus (Escolas de Aprendizes e Artífices) transformam-se em Escolas Industriais e Técnicas (EIT), oferecendo formação profissional proporcional ao secundário.

[...] por meio da Lei Orgânica do Ensino Industrial, essa modalidade de ensino passou a assumir um papel importante na formação de mão-de-obra no contexto do processo de desenvolvimento no Brasil. Passa o mesmo a ser efetivado a partir de duas frentes de ensino e controle: um ensino que ficava sob o controle patronal, de âmbito empresarial e, paralelo a esse ensino, um outro ramo sob a responsabilidade do Ministério da Educação e da Saúde – o sistema oficial de ensino industrial – constituído pelo ensino industrial básico. (CANALI, 2009, p. 10)

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são modificadas e passam a ser nomeadas de Escolas Técnicas Federais, onde tornaram-se autarquias com autonomia de gestão. É um período de intensificação da formação dos profissionais técnicos, devido a demanda de mão de obra imprescindível para o processo de aceleração da industrialização. A educação profissional é ajustada para atender as demandas do mercado de trabalho, sob a ótica de manutenção da ordem dominante e desenvolvimento da sociedade capitalista.

Em 20 de dezembro de 1961 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>11</sup>, cujo ensino profissional foi “equiparado ao ensino acadêmico (na teoria), na tentativa de mudar a ideia de que a formação profissional era destinada aos indivíduos das classes sociais mais baixas” (CHAGAS, 2010, p. 10). Há uma tentativa explícita de extinção da discriminação contra o ensino profissional, a partir do conceito de equivalência plena, concretizando, formalmente, a superação da dualidade do ensino. Como ressalta Canali (2009) e Moura (2010), esta dualidade só foi extinta no papel, uma vez que os currículos ainda a

<sup>10</sup>A transformação dos Liceus em Escolas Industriais e Técnicas ocorreu a partir do Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.

<sup>11</sup> Lei 4.024/61.



mantinha, pois o ensino voltado para a continuidade dos estudos continuava privilegiando os conteúdos essenciais nos processos seletivos para ingresso no ensino superior. Para Amaral e Oliveira (2010, p. 170), esta lei trouxe “uma alteração importante no campo da educação profissional, pois promoveu a completa equivalência entre os cursos técnicos e o curso secundário, para efeito de ingresso nos cursos superiores”. Assinala Moura (2010, p.67) que a educação “aparece como a grande alavancadora do desenvolvimento, sendo utilizada como meio de inculcação da ideologia do governo autoritário”.

Em 1964, período marcado pelo Golpe do Estado, ocorrem mudanças no cenário educacional impostas por militares e tecnocratas, que se concretizam através do elo entre o Ministério da Educação (MEC) e a USAID (United States Agency for International Development). Este acordo objetivava promover a reforma do ensino, onde o aessoramento norte-americano nas políticas educacionais eram prevalentes, e propagava a eliminação da separação entre escola secundária e a escola técnica, instituindo uma 'escola única' (AMARAL e OLIVEIRA, 2010, p. 171).

Em 1971 ocorre uma intensa reformulação da Educação Básica, através da Lei 5.692/71, que estabeleceu uma reforma no ensino de primeiro e segundo graus, instituindo a obrigatoriedade da profissionalização no ensino do 2º grau.<sup>12</sup> A época marcava o período do milagre brasileiro, e o país atravessava o processo intensificador da industrialização e do desenvolvimento, que demandava por mão de obra qualificada. A educação profissional para a ser a ponte de acesso do operariado ao mundo do trabalho. Foi, substancialmente, o intermédio entre o capital, emergente de mão- de obra- qualificada, e o trabalhador, que buscava a inserção no mercado de trabalho.

Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Com esta elevação de status, estas escolas passaram a ministrar cursos de nível superior e de pós-graduação, o que acarretou um aumento na qualidade da educação profissional (AMARAL e OLIVEIRA, 2010).

Já no período da Nova República, em 1982, através da lei 7.044/82 a profissionalização compulsória é extinta. No caminho da discussão de uma nova Constituição Federal, há debates sobre uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

---

<sup>12</sup>Também neste período foi adotado o Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra.





Em 1994, a Lei Federal nº 8.948/94, instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. No ano de 1996, com forte influência neoliberal, é promulgada a 2ª LDB<sup>13</sup> que “ratificou e potencializou o âmbito educacional como espaço próprio para o desenvolvimento da economia de mercado” (MOURA, 2010, p. 73). Assim,

A principal polêmica continuou sendo o conflito entre os que advogam por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos (...) e os defensores da submissão dos direitos sociais em geral e, particularmente, da educação à lógica da prestação de serviços sob a argumentação da necessidade de diminuir o estado que gasta muito e não faz nada bem feito. (...)Prevaleceu a lógica de mercado. (Ibid., p.70)

Em 1997, é promulgado Decreto 2.208, que regulamentava o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394/96. Aponta Moura (2010) que,

(...) À época, o governo federal fez prevalecer o seu intuito de separar o ensino médio da educação profissional(...). A partir desse instrumento legal, o ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos (...) passam a ser oferecidos de duas formas: a concomitante (...) e a subsequente. (Ibid., p.71-72)

Neste processo, o governo federal, em aliança com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, negocia o empréstimo para financiar a reestruturação da educação profissional por meio do PROEP- Programa de Expansão da Educação Profissional, que caracterizava a consolidação da privatização do estado brasileiro. “A reforma da Educação Profissional e do PROEP foram extremamente coerentes com a lógica neoliberal que os patrocinou” (MOURA, 2010, p. 72).

Em 1999 há o retorno das discussões concernentes ao processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, emergido em 1978. A partir da homologação da resolução 24/99 é instituída as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional do Ensino Técnico.

Em 23 de julho de 2004 é promulgado o decreto 5.154, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, definindo novas orientações para a educação profissional. Este documento, assim como manteve as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, teve a excelência de trazer novamente a “possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica (Ibid., p. 74).

<sup>13</sup>Lei 9.394/96.



No ano de 2005, em que ocorreu a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que se efetivou através da lei 11.195/05, acontece a transformação do CEFET-Parabá em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a primeira universidade desta modalidade de ensino no Brasil.

Em 2006 o Decreto 5.773/2006 dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Também neste ano é promulgado o Decreto 5.840 – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos- PROEJA e lançamento do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Acontece também neste ano a 1ª Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica.

No ano de 2007 acontece a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. No ano seguinte, em 2008, a partir da lei 11.892 de 29 de dezembro, foi Instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criado os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que oferece ensino médio integrado, cursos técnicos subsequentes, cursos superiores de tecnologia, graduação, licenciaturas e pós-graduação. As Instituições que pertencem à Rede de Educação Profissional e Tecnológica são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal .

A Educação Profissional e Tecnológica brasileira “integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho” (LDBN, 1996), e o objetivo desta é o desenvolvimento do crescimento da escolaridade, da profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

Além da qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, a Educação Profissional, através dos Institutos Federais, conforme a Lei 11.892/08, em seu artigo 7º inciso V, objetiva

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

É evidente que a educação profissional, através dos Institutos Federais, vem atender algumas das necessidades sociais que estão postas (alfabetização- através de cursos Formação Inicial Continuada, programa Mulheres Mil, dentre outros), escolarização, inclusão social, profissionalização, como também fornecer mão de obra qualificada para as demandas do mercado de trabalho. Confronta-se, assim, as antagônicas perspectivas para a formação dos trabalhadores. De um lado, a perspectiva de submissão aos interesses imediatos do mercado; de



outro, articulada às estratégias de emancipação por meio de uma educação (CANALI, 2009). Esclarece Kuenzer (2010, p. 253 ) que

A pedagogia do trabalho na acumulação flexível, pelo ângulo do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já pelo lado da educação, estabelece-se um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força das condições materiais que regem o capitalismo e de políticas públicas 'professadas', mas não materializadas, na direção da democratização, tem aumentado a inclusão nas diversas modalidades de educação disponibilizada para os que vivem do trabalho, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação.

Este antagonismo das objetivções da Educação Profissional colocam em evidência a estrutura e direcionamento desta política, bem como as finalidades que estão postas. Uma educação que dita a emancipação dos sujeitos através da escolaridade, mas que escolariza na perspectiva de atendimento às demandas mercantis e interesses capitalistas, tendo como foco a falácia dos números e indicadores, sem se questionar de que qualidade está se falando, que inclusão é esta e que tipo de conhecimento está dado como emancipatório. E estas contradições que estão postas colaboram para um repensar desta educação, por uma perspectiva de desenvolvimento social, humano e político.

## **A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Discussões e debates vêm ocorrendo na contemporaneidade acerca do desenvolvimento: suas tendências, implicações e caminhos que percorre na sociedade vigente. Este novo parâmetro de questionamento pulsa na inquietação sobre o antagonismo no modelo de sociedade dita desenvolvida, em detrimento aos problemas de ordens sociais, econômicas, políticas, culturais, dentre outros.

A compreensão da terminologia *desenvolvimento* requer o cuidado epistemológico desta conceituação. O questionamento central é de qual perspectiva se pensa o desenvolvimento, para conceituar uma determinada realidade de desenvolvida.

Historicamente o termo desenvolvimento está atrelado ao processo de industrialização, tecnologias, crescimento econômico e demográfico, elevação de riqueza e prosperidade. A partir da Revolução Industrial (e também Revolução Francesa), a sociedade começa a vislumbrar um novo desenho de sociedade, em que o processo de mecanização, substituição do



homem pela máquina, *a priori*, é sinônimo de evolução e progresso. Em consonância com Pimenta (2014), o processo de efetivação do modo de produção industrial, pautado na compra e venda da força de trabalho, representou a centralidade motor do desenvolvimento.

Como já visto anteriormente, a educação profissional nasce para atender a estas exigências que começam a emergir no processo de mecanização e industrialização.

Na perspectiva da sociedade capitalista, o desenvolvimento pauta-se no crescimento econômico, na geração de empregos, na industrialização, na exploração do trabalho e na urbanização. É emergente a discussão e reconstrução do entendimento e conceituação de desenvolvimento, que ainda está atrelada ao viés econômico.

Na intenção de repensar o desenvolvimento, Arrigui (1997, p. 208) discute algumas suposições questionáveis, dentre elas, a de que “industrialização é o equivalente de desenvolvimento”. Sachs (2004, p. 138) sustenta que “o desenvolvimento social não deve esperar pelo desenvolvimento econômico e a sequência histórica seguida pelos países industrializados deve der invertida”. Também com o objetivo de rediscutir e reconstruir a concepção de desenvolvimento, Pimenta (2014, p. 15) esclarece que

As concepções de desenvolvimento carecem de ressignificação e ganham em aderência outros adjetivos que não estavam atrelados ao conceito de desenvolvimento, tais como regional, local, sustentável, humano, território, solidariedade. Mesmo superando os entendimentos de 'progresso', 'crescimento', 'padronização', 'espelho', 'mensuração' na tentativa de disputar e de conceituar os diferentes processos de desenvolvimento, nunca é demais explicitar que o termo desenvolvimento esta impregnado de demarcações ideológicas e de imposições de uma modelo sobre o outro, bem como é resultante de invenção do mundo ocidental para manter a hegemonia dos países ricos sobre os mais pobres. Essa demarcação e movimento se fazem indispensáveis para que as resultantes não limitem a 'ideia' de desenvolvimento à crença, mito ou ilusão.

Na proposta de implicação e reflexão sobre desenvolvimento é que se pensa nas tendências e inferências da Educação Profissional e sua contribuição ao desenvolvimento social e humano da região em que se localiza. De que forma esta Educação, ao longo de sua história, configura-se nos processos produtivos, em que a sua missão é formar cidadãos críticos, competentes e humanistas, e a lógica do mercado que é, indubitalmente, oposta a estes princípios. Refletir sobre o desenvolvimento para além do aspecto econômico requer também compreender a Educação Profissional e Tecnológica para além da formação e qualificação para o mercado de trabalho.



## O IFSULDEMINAS- CÂMPUS MACHADO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais -IFSULDEMINAS teve sua gênese a partir do sincretismo de três antigas escolas agrotécnicas, localizadas no sul do estado de Minas Gerais, sendo as cidades de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Neste casamento das antigas escolas, tornaram-se instituição única, perdendo o caráter de *escola agrotécnica* para Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, assumindo o compromisso de desenvolvimento regional por meio da excelência na educação profissional e tecnológica.<sup>14</sup> No sítio eletrônico do IFSULDEMINAS (2014) há a descrição das atividades da Instituição com a comunidade, que

Articulando a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, o Instituto Federal do Sul de Minas trabalha em função das necessidades regionais, capacitando mão-de-obra, prestando serviços, desenvolvendo pesquisa aplicada que atenda as demandas da economia local e projetos que colaboram para a qualidade de vida da população. No campus Muzambinho, por exemplo, o laboratório de Bromatologia permite à comunidade atestar a qualidade da água consumida; em Machado, crianças com patologias cerebrais fazem tratamento gratuito no Centro de Equoterapia; em Inconfidentes, uma incubadora de empresas difunde o empreendedorismo e insere empresas no mercado.

O IFSULDEMINAS-Câmpus Machado foi inaugurado oficialmente como Escola de Iniciação Agrícola de Machado, em julho de 1957. A partir do Decreto 53.558 de 14 de fevereiro de 1964 transformou-se em Ginásio Agrícola de Machado. Posteriormente, com a homologação do Decreto 83.935 de 04 de setembro de 1979, é que passou a se denominar como Escola Agrotécnica Federal de Machado. A partir da lei 11.892/08 é que transforma-se em Instituto Federal de Educação. O IFSULDEMINAS-Câmpus Machado,

atento às transformações do mundo moderno, aos novos paradigmas da Educação Nacional e às crescentes exigências do mundo do trabalho, oferece aos seus alunos formação permanente para aquisição de competências e habilidades do aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver no mais amplo sentido do desenvolvimento pessoal, social e profissional.<sup>15</sup>

Na análise dos objetivos do Câmpus Machado, fica evidente o preparo do estudante a atender às exigências do mundo do trabalho, bem como à lógica das competências, do aprender

<sup>14</sup>Este compromisso está divulgado na página eletrônica do IFSULDEMINAS, disponível em: <<http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/o-instituto>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

<sup>15</sup>O discurso sobre o objetivo do Câmpus Machado está descrito no sítio eletrônico do câmpus, disponível em: <<http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/instituto>>. Acesso em: 03 mar. 2014.



a fazer e a ser, caracterizando o aprendizado de convivências e de técnicas como significantes para a amplitude do desenvolvimento pessoal, social e profissional. Assim,

decorre a reiteração do dualismo entre educação geral e específica, humanista e técnica, e, portanto, a frágil relação entre educação básica e formação técnico-profissional e dentro de uma perspectiva unidimensional da pedagogia do capital e do mercado. Trata-se de formar o trabalhador cidadão produtivo adaptado à corrida sem fim de adquirir as “competências” de mãos adestradas ou olhos aguçados e coração e mente submissos (FRIGOTTO, 2010, p.35)

A luta histórica em constituir o ensino médio não articulado, mas *integrado* à educação profissional vem se consolidando, gradativamente, a partir dos cursos técnicos integrados dos Institutos Federais. Entretanto, limitar e restringir a integração como elemento emancipador e transformador é não atentar-se às contradições existentes no sistema produtivo e vislumbrar a excelência do ensino médio integrado como se não fosse mais um instrumental de, conforme esclarece Kuenzer (2010), inclusão excludente no modo de produção capitalista. “As propostas de educação profissional que vêm sendo analisadas (...) se resume à reprodução do conhecimento tático, não passando de discurso a integração entre educação básica e profissional” (KUENZER, 2010 p. 266). Embora a qualidade destes cursos, em comparação às redes estaduais, tem significativa diferença (MOURA, 2010), a educação profissional tem rondado o limite sutil que perpassa entre a significativa e excelente profissionalização e à adequação necessária ao mercado de trabalho.

Não se excluiu a importância da contribuição desta educação, de muitas formas, ao desenvolvimento local e regional, tanto no que concerne ao ensino como em ações sociais com a comunidade, em projetos de extensão e pesquisa (cursos para os produtores rurais, projetos de esporte e lazer, parcerias com cooperativas e associações, simpósios, dentre outros).

A realidade dos alunos do Curso Técnico Integrado em Agropecuária é muito diversa, sendo desde alunos que estão na instituição por ser um ensino de melhor qualidade que o ofertado na esfera estadual, estudantes que optaram em fazer um curso técnico que tenha o ensino médio conjuntamente, como também oriundos de zona rural. Desses, muitos de famílias trabalhadoras, que, já habituados com o trabalho agrícola optaram por fazer o que já conviviam e tem apreço. Muitos só conseguiram permanecer na modalidade de ensino técnico integrado devido a uma série de fatores. Ressalta-se a questão do alojamento que, infelizmente, ainda é majoritário para o público masculino, o Programa Auxílio Estudantil, que auxilia nas despesas do estudante com o objetivo de garantir sua permanência na escola. Também o apoio da equipe





técnica- administrativa que, mesmo com as limitações e entraves cotidianos, dão suporte imprescindível à vida acadêmica, social e pessoal do estudante. Esta equipe é composta por psicólogos, pedagogos, assistente de alunos, assistentes sociais, orientadores educacionais, enfermeiros, dentre outros. Boa parcela destes estudantes conseguem melhores condições de vida a partir da inserção na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, como também o acesso ao ensino superior e condições de empregabilidade. A melhoria nas condições de vida aqui destacada refere-se à empregabilidade destes estudantes e a contribuição com o orçamento familiar, com o também o incentivo e continuidade dos estudos. Também se destaca, como observado em alguns casos, a contribuição de gerar perspectivas de futuro e mudanças sociais na vida dos estudantes, que, em consideráveis números, vivem situações diversas de questão social, tais como: violência doméstica, desemprego, alcoolismo, pobreza, marginalidade, enfermidades, dentre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O antagonismo que perpassa no processo de formação instituído pela Educação Profissional e Tecnológica, especificamente pelo IFSULDEMINAS, caracteriza-se, de um lado, nas mudanças significativas no percurso escolar do estudante, na melhoria da qualidade de vida (como também de sua família), do incentivo à continuidade dos estudos aos familiares, na empregabilidade, na inserção ao ensino superior (em alguns casos, ocorre na própria instituição de ensino), de participação em eventos científicos e em pesquisas, abrangência de conhecimentos científicos, empíricos e sociais (como a participação nas viagens técnicas, participação em Simpósios, Congressos); de outro, o processo de qualificação técnica dentro da lógica das competências, num preparo nítido do estudante ao mercado de trabalho e sua inserção no processo produtivo. Como assinala Kuenzer (2010, p. 268)

Não há como professar uma crença mecânica no poder das contradições, como se fosse possível resolver o problema da inclusão por meio da qualificação precarizada para uma inserção consentida, que apenas atende às demandas da acumulação flexível, com restritas possibilidades de desenvolver uma consciência de classe

E o grande desafio que está posto, para além da integração da educação básica com o ensino médio, é compreender a *quê* este ensino está voltado, quais as tendências e suas



implicações na sociedade, e quais os propósitos desta formação. A perspectiva de desenvolvimento que objetiva reflete tanto nos planos pedagógicos como nos processos de formação. Como elucida Frigotto (2010. p. 26),

A questão não é apenas desenvolver de forma sustentável, mas qual o sentido e a quem serve esse desenvolvimento e essa sustentabilidade. Nem o termo desenvolvimento e nem o termo sustentável definem, por si, sua natureza.

Mesmo que se considere os fatores significativos que a Educação Profissional e Tecnológica contribui à vida social e pessoal do estudante, ainda é característico o entendimento de desenvolvimento na perspectiva econômica, como se o fato de o estudante estar preparado para o mercado de trabalho, e sua inserção neste, fossem condições substanciais de emancipação e transformações sociais. Não é refletido sobre as mudanças no mundo do trabalho e a precarização deste; as relações de poder em todas as esferas da sociedade capitalista, a historicidade da divisão de classes e o contexto social da Instituição. Assim, mesmo que esta educação tenha avançado em muitos aspectos, dentre eles a integração, de certa forma, do ensino médio com o ensino técnico, as tendências da Educação Profissional se mostram caminhanças para uma qualificação excelente à lógica de um mercado deficiente, porém uma qualificação inepta à uma formação crítica e de consciência de classe.

Como no modo de produção capitalista “todas as formas de inclusão são sempre subordinadas, concedidas, porque atendem às demandas do processo de acumulação”, (KUENZER, 2010, p.254) a operacionalização da educação profissional como aliada ao desenvolvimento social e humano é tanto um desafio contraditório como uma trajetória de mudanças possíveis.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, C.T.; OLIVEIRA, M.A.M. **Educação profissional: um percurso histórico, até a criação e desenvolvimento dos cursos superiores de tecnologia.** In: Educação Profissional e a lógica das competências. FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M.A.M.; FIDALGO, N.L.R. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ARRIGUI, Giovanni. A ilusão do Desenvolvimento. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Lei federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 13 fev. 2014



BRASIL. Lei federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2014

CANALI, H.B. 2009. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio interado à educação profissional.** In: **V Simpósio Sobre Trabalho e Educação, Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, Anais.2009.

Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/imposionete/sites/default/files/CANALIHeloisa.pdf>>. Acesso em: 17 Abr. 2014.

CHAGAS, Maria Laurete S. **Caminhos percorridos pela educação profissional no Brasil e no estado do Paraná- 1909 a 2009- Cem anos de história.** In: **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense.** Versão On Line ISBN 978-85-8015-053-7. Volume II.

Paranavaí, 2010. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/setec/arquivos/.../historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/.../historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em: 02 Maio 2014.

FERNANDES, F. A política da exclusão. In: **BUFFA, E; NOSELLA, P.** A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IFSULDEMINAS- **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/o-instituto>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária. In: **MOLL, Jaqueline (Org.). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo -Desafios, Tensões e possibilidades.** São Paulo: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique. **Ensino médio e educação profissional – dualidade histórica e possibilidades de integração.** In; **MOLL, Jaqueline (Org.). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo -Desafios, Tensões e possibilidades.** São Paulo: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, M.A.M. A reforma do ensino profissional: desmantelamento da educação tecnológica ministrada pelo CEFET-X?, 2001. Disponível em: <[http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete\\_old2/?q=node/332](http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete_old2/?q=node/332)>. Acesso em: 15 Abr. 2014.

PIMENTA, C.A.M. **TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO: Elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade.** In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, UNITAU, 2014.

PIMENTA. C.A.M. **Um breve olhar da sociologia à educação.** In: **ALVES, C.P.; SASS, O. (Orgs.). Formação de Professores e Campos do Conhecimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.



SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SILVA, I.S. Caminhando na história da educação tecnológica do Brasil em busca da participação feminina e negra. UFC, ano 20-- Disponível em: <[http://www.senept.cefetmg.br/site/AnaisSENEPT/Anais\\_I\\_SENEPT08/quarta\\_tema5.html](http://www.senept.cefetmg.br/site/AnaisSENEPT/Anais_I_SENEPT08/quarta_tema5.html)>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: **MOLL, Jaqueline (Org.). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo -Desafios, Tensões e possibilidades.** São Paulo: Artmed, 2010.